Palavras da diretora

Um enfoque sobre a Lei de Inovação Tecnológica do Brasil propõe-se a aprofundar a discussão sobre as políticas de gestão da inovação no Brasil, com foco na Lei de Inovação Tecnológica (LIT), concluindo que a aprovação dessa lei representa ponto de partida importante para fomentar a construção de um modelo de desenvolvimento tecnológico autônomo no Brasil.

Desafios das parcerias público-privadas (PPPs) discute o verdadeiro potencial desse arranjo no financiamento de obras e serviços públicos no Brasil. São tratadas questões como a reforma do Estado e identificadas algumas modalidades de contratos entre a administração pública e a iniciativa privada. O artigo ainda aponta as principais semelhanças entre os contratos de PPPs em diferentes países, assim como os mais relevantes impactos socioeconômicos desses contratos no Brasil.

Barreiras ao desenvolvimento de clusters em espaços não-centrais: o caso da biotecnologia em Belo Horizonte discute as dificuldades para a conformação de arranjos produtivos locais (APLs) em países não-centrais, como o Brasil. O artigo indica os três fatores responsáveis: a inexistência de uma cultura de cooperação entre os agentes; o pequeno porte das empresas, comprometendo a capacidade de investir em P&D; a fragilidade das políticas regionais de C&T, desestimulando a criação de um ambiente favorável à inovação.

Descoberta de conhecimento em bases de dados públicas: uma proposta de estruturação metodológica analisa a transformação de dados públicos em conhecimento de valor social por meio do uso da descoberta de conhecimento em bases de dados (DCBD). Os autores apresentam uma proposta para utilização da DCBD em bases de dados públicas e demonstram que o uso dessa metodologia pode gerar conhecimento útil a políticas de combate à pobreza.

A formação profissional contínua no novo contexto da administração pública: possibilidades e limitações trata a questão da formação profissional no contexto da administração pública, ressaltando aspectos como a exigência de novos papéis profissionais, a atualização da formação acadêmica em matéria de administração pública e o enquadramento numa perspectiva de evolução comparada com os países da União Européia, que continuam a divergir quan-

to à maneira de gerir seus sistemas de formação. O autor conclui afirmando que num processo de modernização da administração pública o papel da formação dos funcionários é preponderante e que, mais do que a aprendizagem técnica, o novo contexto exige comportamentos flexíveis e de acordo com a realidade.

A representação social de ONGs segundo formadores de opinião do município do Rio de Janeiro constata que, embora existam pessoas que mantêm uma posição de forte crítica a esse fenômeno, a grande maioria é favorável à continuidade dos arranjos sociais que possibilitam a expansão das ONGs. A sociedade, ou ao menos seus formadores de opinião, tem apostado na legitimidade das ONGs como promotoras do desenvolvimento social.

Deborah Moraes Zouain
Diretora e editora da *RAP*